



Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

ESEG Investigação



N.º 0 | 2.º Semestre | 2004

ESEG INVESTIGAÇÃO

**Revista Científica
da
Escola Superior de Educação da Guarda**

N.º 0 | 2º Semestre | 2004

ESEG Investigação
Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

Coordenação Editorial

Director da Escola Superior de Educação da Guarda (ESEG)

Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Coordenação Científica

Júlio Pinheiro

José Luís Lima Garcia

Coordenação Gráfica

Gabinete de Publicidade e Expressão Gráfica da ESEG

Fátima Gonçalves

Edição

Escola Superior de Educação da Guarda

Tipografia

Marques & Pereira (Guarda)

N.º de Exemplares

2000

1.ª Edição

N.º0 | 2º Semestre | 2004

ISSN

1646-1193

Depósito Legal

220917/04

Os artigos são publicados exactamente como foram entregues pelos respectivos autores.
O próximo número será dedicado a problemas do ensino, da pedagogia e da didáctica.

Este livro, no seu todo ou em parte, não pode ser reproduzido nem transmitido por qualquer forma ou processo - electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação - sem autorização prévia dos autores.

Escola Superior de Educação da Guarda

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 50

6300-559 Guarda

Telefone: 271 220 135

Fax: 271 222 325



Nota de abertura

Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Compete às instituições de ensino superior a tarefa de promoverem e divulgarem a investigação, procurando transformar todas as iniciativas em veículos de progresso. O progresso obriga à mudança, a novos desafios e inovações. Mas de nada serviria o trabalho da comunidade académica, se os resultados desse esforço ficassem retidos nos arquivos das instituições. Seriam árvores sem frutos. Daí a razão de ser da ESEG Investigação: dar visibilidade aos trabalhos científicos desenvolvidos na ESEG, não só os trabalhos dos docentes, mas também de todos os especialistas que com ela colaboram. Aliás, incentivar a formação humana, cultural, científica, pedagógica e técnica, e fomentar a realização de actividades de pesquisa e investigação são princípios consagrados nos estatutos da ESEG.

Com a publicação do número zero da primeira revista científica da ESEG pretende-se estimular o desenvolvimento do espírito científico, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação, e divulgar conhecimentos científicos e técnicos através de artigos e projectos levados a cabo por esta comunidade. A semente está lançada e os frutos hão-de surgir...

A Escola Superior de Educação da Guarda sairá engrandecida

na razão directa da colaboração que cada um se disponha a prestar a esta iniciativa.

A evolução da sociedade do conhecimento não permite um acomodar face ao conseguido, nem regozijar com os êxitos do presente. Cada avanço exige novos avanços e cada chegada é novo porto de partida.

Esta iniciativa é mais um passo para o trilhar de mais um caminho em direcção à excelência, com a mais ampla colaboração de quem o desejar fazer.

Director da ESEG



Prefácio

Júlio Pinheiro

Pedem-me uma breve apresentação da Revista de Investigação da Escola Superior de Educação da Guarda, que hoje acaba de chegar às mãos do leitor. Respondo ao apelo com uma enorme satisfação pois a revista vem concretizar um anseio muitas vezes manifestado. Sinto por outro lado a realidade das coisas, a dificuldade que há em publicar periodicamente uma revista de valor. Tal realização exige múltiplas competências, variadas tarefas, profundas responsabilidades. Trata-se de um empreendimento que demanda um grande esforço não só económico, mas também humano.

Queremos acentuar desde já que a revista merece todos os sacrifícios por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar será muito útil para todos, pois dará a possibilidade de conhecer a investigação de docentes e alunos fazendo que as coisas existam verdadeiramente porque são conhecidas. Por outro lado a revista será um factor privilegiado para estabelecer uma viva comunicação entre pessoas, centros de investigação, escolas superiores e outras organizações.

A revista vai ser documento de vida e testemunho de saber, funcionando como memória de esforços e veículo das relações que

conseguem dar real valor às pessoas e às coisas.

Memória e acção

Há muito tempo que se vinha notando na ESE da Guarda a falta de uma revista que fosse ao mesmo tempo expressão de realidades, testemunho de esforços acumulados abertura de novos horizontes e factor de crescimento. A sua falta poderia levar à perda da memória e quando se perde a memória perde-se a identidade, como a própria palavra diz.

O facto de construir periodicamente uma revista gera forçosamente um crescimento não só quantitativo mas também qualitativo com a convicção profunda de que não crescer é morrer. Apesar da sua juventude, a ESE da Guarda consolida deste modo o presente, preparando o futuro onde a investigação será uma actividade primordial para o progresso do país.

Seria de todo o interesse que a revista fosse especialmente um repositório da investigação realizada sobre as regiões das Beiras naquilo que elas têm de mais específico e duradouro no domínio das tradições culturais e das possibilidades visionadas. Tal facto não impede que na revista se estude também o universal, até porque o verdadeiro regional é o verdadeiro universal.

Trata-se de mais um esforço que é pedido aos docentes desta Escola Superior de educação, assoberbados com aulas e outras tarefas escolares sem deixar de trilhar novos percursos académicos. Há poucos anos entrou na ESE o primeiro doutorado. Hoje os doutores são mais de uma dezena e a maior parte dos docentes tem o mestrado em vários campos do saber.

Acrescente-se a tudo isto a escassez de ajudas, o ensino massificado especialmente em alguns cursos e uma paralisante falta de inovação que

caracteriza todo o ensino superior em Portugal sobretudo depois do século XVI.

Criar relações

Sabemos perfeitamente que um dos factores da existência de revistas de investigação é poder estabelecer relações múltiplas e variadas. Antes de mais esta ligação do saber vai operar-se com outros estabelecimentos de ensino superior através da colaboração de investigadores e troca das respectivas revistas. A revista será também um elo de ligação com os organismos regionais, os agentes administrativos, os responsáveis políticos, as colectividades locais de cultura e desenvolvimento, as organizações de solidariedade. Numa Europa que se quer cultural a revista será um elo de ligação com outros povos do velho continente sem esquecer as nações de língua portuguesa. Para além dos grupos e povos também o indivíduo poderá beneficiar com a leitura da revista ao encontrar nas suas páginas uma expressão das suas preocupações, uma ajuda para resolver certos problemas, um meio de satisfazer anseios de descoberta.

A revista não pretende dar respostas, mas simplesmente interrogar, isto é aprofundar os problemas e abrir clareiras de luz.

Resta acentuar que a revista está aberta a todos os estudiosos que dignamente queiram colaborar, com confiança recíproca e espírito de insatisfação. Para o bom sucesso desta aventura exige-se a todos esperança ofegante, persistência renovada e vontade firme.

Uma coisa é certa. Na execução deste trabalho, na concretização desta aventura nunca faltará o entusiasmo de muitos colaboradores e o apoio incondicional da direcção da ESE da Guarda.

Recursos Humanos do Desporto no Distrito da Guarda

Problemas e expectativas dos técnicos desportivos¹

Mário Cameira Serra e Natalina Roque Casanova

1. Contextualização do estudo

É hoje unanimemente reconhecida a necessidade de gerir os recursos de um modo reflectido e adequado. Com efeito, o planeamento e a gestão dos recursos, quaisquer que eles sejam, apresenta-se como um factor de primordial importância para o pretendido desenvolvimento de um sistema, processo ou empresa (Chiavenato, 1992; Freire, s.d.; Marques, 1994; Rocha, 1997). Todavia, como Rocha (1997) salienta, as fases do desenvolvimento devem ser precedidas por um criterioso levantamento dos recursos humanos disponíveis. Neste sentido, justifica-se plenamente a recolha de dados respeitante aos agentes desportivos da área técnica do desporto, extensiva, numa segunda fase, às características do pessoal dirigente e de apoio médico. Com efeito, importa saber quem são e que formação técnica, científica e pedagógica têm os treinadores em exercício nas colectividades desportivas sediadas no distrito da Guarda, atendendo à sua importância no processo de desenvolvimento regional.²

Na opinião de Mesquita (2000: 20), o treinador competente deve ser portador de um vasto leque de capacidades imprescindíveis à concretização adequada da sua actividade, que se situam fundamentalmente nos domínios “*conceptual, comunicativo e técnico*”. Tavares (1998: 251), por sua vez, relewa a necessidade da “*competência científico-pedagógica*” do treinador, desvalorizando

deste modo a formação meramente empírica dalguns técnicos desportivos, baseada apenas no seu passado como praticantes e na sua intuição. Jorge Bento (1999: 86) refere-se à importância do papel e função do treinador. Na sua opinião, seria desejável que o treinador fosse um “*prático teórico*”, salientando a “*influência muito pronunciada [que o mesmo exerce] sobre as atitudes e comportamentos, sobre os princípios, valores, orientações e sentidos de vida dos atletas*” (id. p. 84).

Acerca da formação dos treinadores, o texto do artigo 12º da Lei de Bases do Sistema Desportivo³ é claro, ao estabelecer que “*o acesso ao exercício de actividades docentes e técnicas na área do desporto é legalmente condicionado à posse de habilitação adequada*”.

Nos distritos do interior do país, é notório que ainda não foi possível dar passos decisivos na criação das condições de acesso de um elevado número de cidadãos à prática desportiva regular. Assim, parece não estar a ser cabalmente cumprido o estabelecido no artigo 79º da Constituição da República Portuguesa. Esta situação, que urge melhorar progressivamente, verifica-se também, como era de esperar, noutros domínios do desenvolvimento cultural e social, apesar dos louváveis esforços que, nos últimos trinta anos, têm sido realizados pelo Poder Central e Local.

Para que se verifique, efectivamente, a melhoria qualitativa e o alargamento quantitativo da prática desportiva torna-se fundamental, de um modo articulado, suscitar a procura e adequar a oferta. Trata-se de conceber, concretizar e reajustar, num percurso de permanente avaliação reaférente, estratégias de natureza promocional, informativa, formativa e de enquadramento técnico, nas diferentes áreas da actividade física e desportiva: *desporto-formação, desporto-saúde, desporto-condição física, desporto-ecologia*

e desporto-rendimento.

Têm-se verificado, efectivamente, inegáveis progressos no domínio das instalações desportivas artificiais, na maioria dos concelhos. Todavia, concomitantemente, não se nota, no distrito da Guarda, um aumento acentuado de praticantes, apesar das suas excelentes condições naturais – montanhas, rios, lagoas e barragens –, recursos preciosos que, todos o sabemos, ainda não foram devidamente aproveitados.

Desta análise, parece ressaltar o facto de existirem já suficientes recursos físicos, apontados durante muitos anos como uma lacuna importantíssima, que travava o desenvolvimento desportivo regional. Todavia, julgamos não ter sido ainda realizado o investimento necessário na formação aprofundada e aproveitamento adequado do potencial humano na área da animação e orientação técnica. De facto, a melhoria, em qualidade e quantidade, da oferta de oportunidades de prática recreativa e desportiva deve acompanhar a criação de apetências, motivações, necessidades e interesses adequados às características da população. Só deste modo se oferecerá uma resposta eficiente à vasta panóplia de expectativas, interesses e opções, em termos de objectivos, modalidades e níveis de prática desportiva.

As fases de desenvolvimento desportivo, de *promoção, iniciação, orientação e especialização*, a que Araújo (1986: 44) alude, devem ser antecedidas, a nosso ver, de um conhecimento objectivo da realidade distrital, no que concerne às diferentes características da procura dos serviços desportivos e da estrutura de apoio técnico disponível. Assim, neste processo, o desenvolvimento de esforços na acção heurística de conhecer verdadeiramente a realidade constitui uma tarefa prioritária, antecedendo a concretização dos objectivos centrados no domínio da formação. Todavia, é desejável que qualquer

processo de desenvolvimento desportivo seja perspectivado no âmbito do desenvolvimento global, como preconiza Gomes (1986), aproveitando as virtualidades da descentralização e as sinergias entre o poder autárquico e o movimento associativo.

Cada vez é menos questionada a afirmação de que o progresso humano não pode prescindir do valor cultural e social do desporto. Deste modo, a abertura de novas estradas e a resolução dos problemas básicos das populações locais, tarefas a que as autarquias têm dispensado um esforço a todos os títulos louvável, devem ser acompanhadas da criação de novas formas de acesso à cultura, à recreação, à prática desportiva e ao aperfeiçoamento desportivo.

Em face do exposto, o presente estudo pretende constituir um primeiro passo para a caracterização dos Recursos Humanos relacionados com o Desporto no distrito da Guarda. Ele deseja responder, mesmo que parcialmente, às seguintes questões: *Quem são as pessoas que se dedicam à orientação técnica de actividades desportivas no distrito da Guarda? Que formação têm? Com que problemas se confrontam? Em que situação se encontram actualmente?*

No entanto, mais que procurar as respostas a estas dúvidas, o mesmo pode ter o mérito de abrir diversas pistas e apresentar algumas respostas respeitantes aos problemas com que se debatem os animadores e técnicos desportivos no distrito.

Acreditamos que os dados obtidos contribuirão para um conhecimento mais exacto da realidade existente, ao mesmo tempo que poderão suscitar propostas adequadas, tendo em vista o desenvolvimento desportivo do distrito. Com efeito, mais que uma porta encerrada, esta pesquisa pretende abrir diversas janelas viradas para futuras reflexões em torno da situação

do desporto no distrito da Guarda.

2. Metodologia

Para a realização do estudo foi utilizada uma metodologia descritiva, procurando apresentar-se os dados de um modo tão rigoroso quanto possível. As informações foram obtidas como resposta a um inquérito lançado aos animadores, monitores e treinadores desportivos, residentes no distrito da Guarda. Os inquéritos foram remetidos às câmaras municipais (pelouro do desporto), solicitando o seu envio a todas as juntas de freguesia e clubes do concelho. Pedia-se-lhes que, após a entrega dos questionários a todos os técnicos residentes na freguesia ou ligados à colectividade contactada, os mesmos fossem devolvidos à procedência, devidamente preenchidos, pelo caminho inverso. Idêntica via foi seguida em relação a todas as associações de modalidade existentes no distrito da Guarda, tendo em vista a difusão do inquérito junto das colectividades filiadas.

Deste modo, era suposto, em muitos casos, atingir por dois processos diferentes (autarquia e associação) os técnicos desportivos a desempenhar funções nas colectividades do distrito. Complementarmente, seria efectuada, pelas câmaras municipais, através da colaboração das juntas de freguesia, a cobertura das localidades rurais, algumas delas com pequenos clubes, onde pontifica a acção (quantas vezes desinteressada) de animadores, monitores e treinadores não qualificados.

A amostra foi constituída por 88 sujeitos,⁴ que desempenham funções técnicas em colectividades do distrito da Guarda ou, tendo formação técnica numa ou mais modalidades, não se encontram, presentemente, em

actividade. Em qualquer dos casos, os elementos que integram a amostra residem na área territorial do distrito da Guarda.

A idade dos sujeitos está compreendida entre os 16 e os 66 anos, apresentando a média aritmética e o desvio padrão valores de $34,5 \pm 10,7$ anos. Da totalidade da amostra, 85 sujeitos (96,6%) são do sexo masculino e somente 3 (3,4%) do sexo feminino.

A tabela I ajuda a compreender como se distribuem os sujeitos do grupo amostral nos diferentes escalões etários. Facilmente se nota que a elevada maioria dos inquiridos tem uma idade igual ou superior a 45 anos, ao passo que apenas 2,2% tem mais de 55.

Escalão etário	N	%
15-25	20	22,7
26-35	26	29,5
36-45	26	29,5
46-55	14	15,9
56-65	1	1,1
66-75	1	1,1
Total	88	100

Tabela I – Escalões etários

Os dados estatísticos foram tratados com procedimentos exclusivamente descritivos, referindo-se às frequências absolutas e relativas em percentagem e são apresentados através de tabelas consideradas elucidativas.

3. Resultados

3.1 – Residência, Profissão e habilitações literárias dos técnicos desportivos

A tabela II indica-nos que 40,9% dos inquiridos reside no meio urbano, em diferentes cidades do distrito: Guarda, Seia, Gouveia e Vila Nova de Foz Côa. Dos restantes, verificamos que 30,7% vive em vilas e apenas 28,4% em povoados rurais. A tabela permite ainda apreciar o número e percentagem dos respondentes com residência situada em cada um dos concelhos do distrito da Guarda.

Concelho	Cidade		Vila		Aldeia		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Aguiar da Beira			7		6		13	14.8
Celorico da Beira			2				2	2.3
Figueira de Castelo Rodrigo			3		1		4	4.5
Gouveia	5		4		3		12	13.6
Guarda	17		1		8		26	29.5
Mantouças			3				3	3.4
Sabugal	2		1		4		7	8.0
Seia	2		3				5	5.7
Trancoso			1				1	1.1
Vila Nova de Foz Côa	10				5		15	17.0
TOTAL	36	40.9	25	28.4	27	30.7	88	100

Tabela II - Residentes, por concelho

Na amostra estão somente representados 10 dos 14 concelhos do distrito,⁵ notando-se que o maior número de técnicos respondentes reside nos concelhos de Guarda, Vila Nova de Foz Côa, Aguiar da Beira e Gouveia.

Pela análise da tabela III verificamos que 24% dos respondentes são professores de Educação Física (E.F). Muitos destes docentes, para além das suas actividades escolares, desempenham, no distrito da Guarda, funções técnicas nas colectividades locais, em diversas modalidades desportivas“.

Além dos professores de E.F, outros docentes (professores do 1º

Ciclo do Ensino Básico, professores de Línguas, Matemática, Educação Musical) desenvolvem funções de natureza técnica junto dos clubes locais ou possuem formação específica para o efeito, embora não se encontrem actualmente em actividade.

Profissão	N	%
Professores de E.F.	21	23,9
Trabalhador da Função Pública	15	17,0
Professores (outros)	12	13,6
Estudantes	6	6,8
Operários	5	5,7
Desempregados	3	3,4
Construtores Cívicos	2	2,3
Guardas Florestais	2	2,3
Segurança/Vigilante	2	2,3
Bancários	2	2,3
Técnicos Superiores	2	2,3
Outras profissões	16	18,2
TOTAL	88	100

Tabela III - Actividade Profissional

Os trabalhadores da função pública surgem-nos como a segunda categoria profissional mais representada, com 17%, registando-se de um modo particular o envolvimento dos funcionários autárquicos e auxiliares de acção educativa. Em percentagens ligeiramente superiores a 5% notamos a presença de jovens estudantes e operários, ao passo que os desempregados e diversas categorias profissionais (construtores civis, guardas florestais, seguranças, bancários e técnicos superiores) estão pouco representados no grupo amostral, atingindo, em cada caso, apenas os 2,3%. Englobámos na categoria de «outras profissões» ocupações que, consideradas individualmente, pouco ultrapassam 1%.⁷

Confrontando os nossos dados com os publicados por Teixeira da Sousa (1988), verificamos que não existem grandes variações. Efectivamente, na nossa amostra os professores de E. F. perfazem um total de 23,9%, valor ligeiramente inferior ao divulgado por aquele autor (21,5%). Os restantes técnicos desportivos com e sem formação especializada totalizam, na nossa pesquisa, 36,4% e 39,8%, respectivamente, notando-se que os agentes sem formação atingem os 43,5% no estudo de Teixeira de Sousa, valor ligeiramente superior ao que obtivemos (39,8%).

Como seria de esperar, verifica-se uma associação entre as actividades profissionais e as habilitações académicas. A tabela IV permite inferir que cerca de metade dos sujeitos da amostra ou tem o 3º ciclo do Ensino Básico (ou o antigo 5º ano dos liceus) ou o Ensino Secundário (ou o antigo 7º ano liceal). Dos restantes, 34% possui cursos com o nível de bacharelato ou licenciatura, ao passo que cerca de 15% tem apenas a antiga 4ª classe ou terminou o antigo Ciclo Preparatório.

Habilitação	N	%
Antiga 4ª classe	10	11.4
2º ciclo (2º Ano)	3	3.4
3º ciclo (antigo 5º Ano)	14	16.0
Secundário (antigo 7º Ano)	30	34.1
Bacharelato	15	17.0
Licenciatura	15	17.0
Mestrado	1	1.1
TOTAL	88	100

Tabela IV - Habilitações académicas

3.3 - Razões explicativas da inactividade

No que se refere às razões que explicam o facto de muitos animadores, monitores e técnicos, apesar de possuírem maior ou menor formação específica, não se encontrarem em actividade em clubes desportivos da região, o questionário continha sete possíveis respostas fechadas, a saber: *necessidade de reciclar e aprofundar a sua formação técnico-desportiva; motivos de ordem familiar, saturação/cansaço; incompreensão de atletas e/ou dirigentes; falta de tempo; não existirem, de momento, clubes interessados nos seus serviços; remuneração ou gratificação inexistente ou insuficiente; outros motivos.*

Devemos começar por referenciar que, dos 88 inquiridos, 24 (27,3%) não se encontram actualmente a exercer quaisquer funções técnico-desportivas; pelas razões expressas na tabela V.

Motivos	N	%
Necessidade de aprofundamento da formação técnico-desportiva	4	4.5
Razões de ordem familiar	5	5.7
Saturação/Cansaço	3	3.4
Incompreensão de atletas ou dirigentes	2	2.7
Falta de tempo	18	20.4
Inexistência de clubes interessados nos serviços	9	10.2
Remuneração insuficiente	3	3.4
Outros motivos	11	12.5

* Questões de resposta múltipla, pelo que muitos respondentes assinalaram vários motivos.

Tabela V - Motivos que explicam a inactividade dos técnicos

Como podemos apreciar, a *falta de tempo* para dedicar às actividades técnicas em clubes desportivos é o principal motivo apontado para a

inactividade dos técnicos. Com efeito, 20,4% declara não poder orientar equipas desportivas por não dispor de suficiente tempo livre. Em seguida, surge a *falta de interesse* dos clubes pelos serviços do técnico (10,2%), ao passo que os restantes motivos invocados nunca atingem os 6% do total de respondentes. Curiosamente, notamos que o factor monetário, respeitante à inexistência ou insuficiência de remuneração ou gratificação, é referenciado apenas por 3,4% da totalidade dos inquiridos. A frequência relativa em percentagem correspondente aos sujeitos que sentiram a *incompreensão de atletas e/ou dirigentes* é ainda mais baixa (2,7%).

Os *outros motivos* invocados podem ser agrupados em três classes, que traduzem diferentes dificuldades:

- a) *Respeitantes às colectividades locais* - inexistência de clube na localidade; extinção do clube; falta de infraestruturas locais; inexistência de associação regional e quadro competitivo no distrito⁸.
- b) *Associadas à actividade profissional ou valorização pessoal* - realização de curso de mestrado; por ser árbitro; por exercer funções políticas ou coordenar projectos desportivos distritais.
- c) *Referentes ao «sistema» desportivo nacional, regional e/ou local* - inexistência de uma verdadeira política desportiva⁹ e dificuldades criadas aos jovens que pretendam entrar na estrutura técnica dos clubes desportivos. Estas colectividades estão cheias de técnicos «velhos», que tapam a entrada aos jovens com formação científica, pedagógica e técnica mais adequada.

3.2 . Motivos explicativos do interesse pelas funções de orientação técnica

Foi nossa intenção conhecer os motivos que podem ter impellido os inquiridos para as actividades de animação ou orientação técnico-desportiva. Esta preocupação estendeu-se àqueles que, na altura, não exerciam as referidas funções. Procurando facilitar as respostas aos inquiridos, foram considerados no questionário os motivos apresentados na tabela VI, que indicam a importância atribuída a cada uma das questões, através da percentagem de inquiridos que as assinalaram.

Motivos *	N*
Continuação da carreira de atleta	37,5
Demonstrar conhecimentos	17,0
Gosta de trabalhar com jovens	80,7
Actividade saudável	55,7
Ocupação do tempo livre	29,5
Ser mais conhecido e valorizado	3,4
Ser útil aos outros	62,5
Actividade remunerada	3,4
Profissão principal	7,9
Outras razões	26,1

* Respostas múltiplas

Tabela VI - Motivos de interesse pela actividade técnico-desportiva

Facilmente se constata que os três motivos mais invocados são os que se referem ao gosto *de trabalhar com jovens* (80,7%), *ser útil aos outros* (62,5%) e *ter uma actividade saudável* (55,7%). As outras razões não mereceram a mesma aceitação. No entanto, de entre elas ressaltam as que se referem à possibilidade de *continuar a carreira de atleta* (37,5%) e à *ocupação do tempo livre* (29,5%). Também a afirmação social de competência e *conhecimentos*, que

as funções de orientação técnica propiciam, constituiu um dos motivos que explicam o interesse por esta actividade, sendo referenciada por 17% dos inquiridos. No entanto, é bom notar que a mera exposição pública, proporcionada pelo exercício destas funções técnico-desportivas,¹⁰ parece ter sido um motivo importante apenas para 3,4% dos respondentes. A remuneração auferida pelo desempenho desta actividade é um motivo valorizado apenas por 3,4% dos técnicos, embora 7,9% afirme que ela constitui a sua profissão principal.

Na rubrica *outras razões*, os sujeitos constituintes da amostra apresentaram motivos diversos, que mereceram uma a três respostas cada: a ligação ao clube da terra; a paixão pelo desporto; a possibilidade de aproveitar o capital de experiência adquirido como atleta; o desenvolvimento do concelho ou da freguesia; o evitar que os jovens enveredem por «maus caminhos»; a divulgação da modalidade¹¹; a manutenção da forma/condição física; o facto do desporto constituir um desafio constante; a paixão suscitada pelo desporto (“o desporto é a minha vida”...); o interesse pela área da metodologia do treino desportivo; a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na formação académica, como professor de E.F.

3.4. Sugestões para a melhoria da actividade dos técnicos

No último ponto do questionário foi solicitado aos inquiridos que apresentassem propostas e sugestões, tendo em vista “melhorar a sua actividade técnica-desportiva”. As respostas, que se agrupam em seis classes, estão relacionadas com um leque vastíssimo de questões, respeitantes ao desenvolvimento desportivo em geral, problemas dos pequenos clubes,

dificuldades e aspirações dos técnicos, bem como recomendações aos organismos oficiais, associações de modalidade, autarquias, escolas e colectividades locais.

a) Alargar e aprofundar a formação e agilizar a informação

Do total de sugestões ressalta, nitidamente, a necessidade de serem organizadas *mais acções de formação e informação* ao pessoal técnico implicado na actividade desportiva: cursos de diferentes níveis, seminários, colóquios e debates¹².

Alguns treinadores de Futebol propõem que os cursos de treinadores de 2º nível sejam organizados de *um modo mais descentralizado* e realizados fora da capital de distrito, tendo sugerido, para o efeito, diversos locais: Gouveia (a Sul), Celorico ou Trancoso (a Norte). Outros técnicos - que, simultaneamente, desempenham funções directivas em pequenas colectividades locais - referem a necessidade de serem promovidos, nas sedes de concelho, *cursos intensivos sobre gestão de recursos humanos, logística e gestão financeira de clubes desportivos*, coordenados pelas câmaras municipais e orientados por pessoas habilitadas. Foi ainda manifestada a necessidade de serem organizados cursos de treinadores especificamente destinados aos escalões etários de formação, com abordagem de conteúdos técnicos adequados, mas também de matérias respeitantes às ciências humanas e sociais.

Alguns respondentes propõem a criação de um Centro de Formação Técnico-Desportiva Distrital,¹³ através da articulação entre o Instituto Nacional do Desporto (IND),¹⁴ as associações distritais e as entidades

formadoras, nomeadamente o Departamento de E.F. da Escola Superior de Educação da Guarda. De um modo mais particularizado, dois treinadores de Futebol acham importante a criação de *um Gabinete de Apoio à Informação/ Formação dos técnicos*, na Associação de Futebol da Guarda.

Um técnico desportivo duma pequena colectividade local, cujas funções extravasam para a área do dirigismo e da gestão, mostra a sua estranheza pelo facto de os organismos oficiais não informarem todos os clubes sobre os programas de financiamento disponíveis. No entender deste técnico, os pequenos clubes locais deviam ter conhecimento atempado da necessidade de apresentarem projectos àqueles organismos, bem como das características dos respectivos formulários, para poderem candidatar-se aos subsídios e apoios oficiais. Também é reconhecida a necessidade de os técnicos desportivos terem um *acesso mais facilitado à informação* acerca de assuntos específicos, quer fornecendo-lhes periodicamente sínteses bibliográficas, quer através de *sites* na Internet.

Na área específica do Futebol, três inquiridos sugeriram *o abaixamento do preço da transição de um nível de formação para o nível superior*¹⁵. Foi ainda proposto que *as acções de formação e reciclagem dos técnicos*, embora pudessem demorar mais tempo, fossem realizadas, apenas, *aos sábados*¹⁶.

b) *Melhorar o planeamento e a competência técnica das autarquias e associações*

Vários técnicos colocam o acento tónico na necessidade de se avançar para uma acção mais planeada e desenvolvida articuladamente pelos

organismos oficiais, autarquias e clubes. Assim, entendem que o IND deveria proporcionar uma sólida formação, na área do planeamento e da gestão, aos organismos autárquicos (serviços de desporto das câmaras). Deste modo, possibilitariam que as câmaras municipais procedessem ao *levantamento dos recursos humanos e materiais existentes no concelho* e, a partir destes dados, fizessem um *planeamento a médio e longo prazo*, envolvendo o maior número de técnicos. Através desta formação às autarquias poderemos esperar, na opinião desses respondentes, que elas implementem racionalmente as políticas desportivas.

Vários inquiridos insistem na necessidade de as câmaras municipais, para os respectivos serviços de desporto, contratarem *os profissionais mais competentes e habilitados* e não os “amigos”, seleccionados segundo critérios mais ou menos duvidosos. Só assim, na opinião de dois respondentes, estas autarquias locais poderão prosseguir uma política desportiva planeada, organizada e adaptada à realidade concelhia.

c) Aproveitar os recursos humanos

Uma das ideias mais expendidas pelos técnicos diz respeito à sua convicção de que os organismos oficiais com responsabilidades na área do desporto e, sobretudo, as câmaras municipais, devem preocupar-se seriamente com o melhor aproveitamento dos recursos técnicos disponíveis. Deste modo, na óptica dos respondentes, seria desejável que as câmaras municipais avançassem primeiramente com um exaustivo levantamento de todos os recursos humanos relacionados com a área

técnica do Desporto¹⁷. Este levantamento permitirá a estas autarquias locais terem um conhecimento rigoroso e detalhado das características dos animadores, monitores e treinadores, tais como: as suas habilitações académicas; a formação técnica-específica em cada modalidade desportiva (numa perspectiva de iniciação/formação, rendimento ou recreação); os conhecimentos que possuem ou de que carecem nas áreas da psicologia, da sociologia, dos aspectos técnicos e táticos das modalidades; as vivências de animação e/ou orientação técnica; as expectativas; o tempo disponível...

De posse deste “banco de dados”, a autarquia poderá reflectir sobre as modalidades desportivas a promover e apoiar, considerando na sua decisão posterior, entre outras variáveis, as expectativas da população (isto é, a procura), as características orológicas e climatéricas e as infraestruturas já existentes ou em construção.

Muitas das sugestões apresentadas, neste domínio, pelos técnicos inquiridos, reforçam o que atrás referimos: deve haver um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis; é preciso melhorar a articulação entre as entidades promotoras do desporto, os organismos associativos e os técnicos desportivos; é desejável que as câmaras municipais dispensem maior apoio monetário e melhores condições de trabalho aos técnicos desportivos dos escalões de formação; os animadores e os monitores deveriam ter subsídios para poderem melhorar a sua formação técnica; todas as equipas das “camadas jovens” deviam ser orientadas por um especialista, com formação adequada nos domínios ético, pedagógico e técnico e beneficiar de apoio médico.

d) Aumentar o nível de utilização das instalações desportivas existentes e

prever novas infraestruturas

Um dos elementos integrantes da amostra, a este respeito, propõe que seja actualizada a “Carta de Instalações Desportivas”, a nível distrital e concelhio, para possibilitar um planeamento adequado da utilização e previsão de novas infraestruturas. Além disso, são manifestadas algumas opiniões acerca da pouca rentabilização de muitas instalações desportivas, cuja manutenção e utilização poderia e deveria, segundo esses inquiridos, melhorar de um modo acentuado.

Curiosamente, não surgem muitos apelos à construção de complexos desportivos, mas apenas algumas propostas à “descentralização” destes espaços, mormente no que concerne à necessidade da sua inserção nas freguesias rurais mais populosas. Todavia, a quase suficiência de instalações não parece verificar-se nos “desportos de combate”, se notarmos os reparos feitos por vários técnicos inquiridos: não existe um espaço específico para treinar Karaté, na Guarda; esta modalidade necessita de espaços próprios; a Associação de Judo ainda não conseguiu obter, na Guarda, um local destinado à colocação permanente de um tapete destinado à prática da modalidade.

e) Procurar equilibrar os apoios à actividade desportiva

Vários inquiridos salientaram a necessidade de os organismos oficiais e as autarquias ajudarem mais os clubes, sob o ponto de vista financeiro, “mas todos os clubes por igual” e não apenas alguns. Além disso, é notória

e frequente a chamada de atenção para o facto de as autarquias locais “só darem atenção ao Futebol”. Com efeito, surgiu com frequência o alerta para o perigo da “futebolização” do desporto no distrito, em virtude de os apoios camarários, em diversos municípios, serem inteiramente canalizados para esta modalidade, deixando as restantes “ao abandono”...

Face ao exposto, alguns respondentes temem pelo futuro de diversos clubes preocupados com modalidades desportivas “pobres”, apelando a um apoio mais racional e equitativo dos organismos oficiais e autarquias. No entanto, um dos inquiridos opina que algumas colectividades do distrito, sobretudo as que se dedicam exclusivamente ao Futebol, não respondem, de um modo cabal, aos anseios da população e, até, dos seus próprios associados. Efectivamente, estas colectividades têm, em sua opinião, uma perspectiva “elitista” da prática desportiva, reservando-a apenas aos jovens que gostam de Futebol e apenas aos melhores, alheando-se de todos os restantes. Uma outra opinião parece vir ao encontro desta, ao defender uma maior atenção e apoios ao *desporto-recreação*, mais preocupado com a actividade desportiva e o convívio saudáveis, no grupo de pares e na natureza, do que com os resultados competitivos. É manifestada a convicção de que, neste domínio, as câmaras municipais têm demonstrado alguma falta de sensibilidade e iniciativa.

f) *Outras sugestões*

Além das anteriormente referenciadas, os técnicos inquiridos formularam as seguintes propostas:

- as associações de modalidades deveriam estabelecer relações

- mais estreitas e regulares com as escolas;
- torna-se necessário que a Secretaria de Estado do Desporto apoie os clubes consoante o número de jovens enquadrados nas suas actividades desportivas;
 - é desejável que as escolas e os clubes incentivem mais a ligação intergeracional (pai-filho);
 - seria muito positivo que, nos escalões etários mais baixos, os clubes do Desporto Escolar pudessem participar, normalmente, nos quadros competitivos do Desporto Federado;
 - as associações deveriam promover mais fortemente a sua modalidade nas escolas, de um modo mais regular e planeado;
 - as “férias desportivas” podem constituir uma boa solução para proporcionar contactos e intercâmbios mais frequentes entre clubes semelhantes, de regiões mais afastadas;
 - Espera-se que as autarquias incrementem a prática desportiva nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, solicitando, para o efeito, o apoio aos clubes¹⁸.

Algumas recomendações surgem, porém, relacionadas especificamente com uma única modalidade: é urgente o aparecimento de uma Associação de Voleibol “forte”;¹⁹ modalidades ainda quase «desconhecidas», como o Judo, deveriam entrar nas escolas, beneficiando da colaboração dos estabelecimentos de ensino e do apoio das autarquias locais; seria desejável o surgimento de «escolinhas» de Voleibol nas secções de desporto das Câmaras Municipais; a Federação Portuguesa de Ciclismo devia dinamizar a modalidade no distrito; é urgente criar estruturas que permitam a prática do ciclismo a nível local.

3.5. A Actividade dos técnicos por modalidade

Os dados obtidos permitem notar que:

1. O somatório das respostas dos sujeitos em relação às modalidades nas quais possuem alguma formação ou nelas exercem presentemente funções técnicas é igual a 98. Isto significa que alguns dos 88 inquiridos estão especializados ou desenvolvem a sua actividade técnica em duas ou três práticas desportivas diferenciadas²⁰.

2. Do referido total, porém, apenas 66 respostas (67,3%) se refere a técnicos que se encontram em actividade. Em contrapartida, os restantes 32 (32,7%) correspondem a monitores e treinadores que, embora com formação mais ou menos aprofundada, não conseguiram encontrar um clube que requeresse os seus préstimos.

3. A inactividade de um elevado número de técnicos parece mais preocupante nalgumas modalidades desportivas do que noutras. O Andebol é o desporto que, a este respeito, apresenta uma situação mais desfavorável. Com efeito, os três respondentes que referiram possuir curso de treinador da modalidade não se encontram em actividade, uma vez que não existe actualmente, no distrito da Guarda, qualquer colectividade que promova o desenvolvimento deste desporto. A este respeito, um dos inquiridos chamou a atenção para a necessidade de revitalizar a Associação de Andebol, tanto mais que esta modalidade, no distrito da Guarda, já gozou de bastante popularidade e de um razoável desenvolvimento.

4. Também no Basquetebol, Futebol e Voleibol se nota alguma

insuficiência na procura dos recursos técnicos. Por outro lado, dos 14 técnicos de Basquetebol que responderam ao inquérito, 4 (28,6%) não desenvolviam, no ano de 2000, qualquer actividade. Tal facto, não obstante a expansão da modalidade por quase todos os concelhos do distrito, significa que ainda não existe um elevado número de clubes com prática regular, inseridos nos quadros competitivos da Associação de Basquetebol da Guarda. No entanto, o total de técnicos da modalidade que responderam ao inquérito é um indicador fiável da evolução da modalidade a nível regional.

5. O Futebol, modalidade à qual está adstrito o maior efectivo de técnicos inquiridos ($n = 39$, i.e., 44,3% do total) demonstra continuar a ser o desporto mais generalizado no distrito. Efectivamente, a sua implantação estende-se das cidades e vilas a muitas aldeias. Do total de animadores, monitores e treinadores desta modalidade integrados na amostra, 21 estão empenhados em funções técnicas junto de várias actividades desportivas. Contudo, em quantidade quase idêntica, 18 (42%) não desenvolvem presentemente qualquer actividade técnico-desportiva. Esta constatação demonstra que se torna necessário continuar a diligenciar a promoção da modalidade no distrito, favorecendo deste modo o aparecimento de um maior número de clubes com equipas de futebol em todos os concelhos. Tal esforço deve incidir, na nossa óptica, nos “escalões de formação”, nível de prática que, pelas suas características, deveria merecer um maior apoio das autarquias e dos organismos oficiais responsáveis pelo desenvolvimento do desporto junto de crianças e jovens. Um dos apoios que se julga necessário diz respeito ao pagamento de gratificações a técnicos que, de um modo descentralizado, se responsabilizassem pelo ensino da modalidade em

idades, vilas e aldeias mais populosas. Porém, a esses técnicos deveria ser requerida uma formação técnica, científica e pedagógica, indispensável a quem “abre os horizontes” da prática desportiva dos jovens.

6. Embora a situação do Voleibol não seja tão dramática como a do Andebol, verificámos que, dos nove técnicos respondentes, apenas dois (22,3%) desempenham, actualmente, funções técnicas. Este panorama indica claramente uma derrapagem na modalidade, que há meia dúzia de anos parecia gozar de um futuro brilhante. As diversas iniciativas de elevado nível técnico e competitivo realizadas na Guarda, pela Federação Portuguesa de Voleibol e respectiva associação, não parecem ter lançado raízes e, muito menos, frutificado.

7. Além dos desportos que, no distrito da Guarda, poderemos considerar “clássicos”, outros há que parecem estar a sentir um desenvolvimento curioso. Dentre eles talvez devam salientar-se os desportos radicais de fruição da natureza: a canoagem, o B.T.T., a escalada e a corrida de orientação. Neste domínio, é notório o impulso que tem sido dado por colectividades (cujo exemplo mais significativo é o Clube de Montanhismo da Guarda) e por jovens professores de E.F., formados nos últimos anos pela Escola Superior de Educação.

8. Os Jogos Tradicionais foram apenas referenciados por dois inquiridos, talvez porque a actividade de inúmeros animadores locais destas práticas lúdicas não é regular, decorrendo apenas em momentos pontuais, festivos e excepcionais.

9. O Futebol de Salão parece começar a ganhar estruturas, o mesmo sucedendo com a Natação, Ginástica Aeróbica e Hidroginástica, modalidades desportivas que, no distrito, poderemos considerar bastante

recentes.

10. Os desportos de combate, nomeadamente o Judo e o Karaté, denotam algumas condições de desenvolvimento, baseadas no entusiasmo de alguns técnicos e no elevado interesse que despertam na juventude. Estas modalidades parecem estar a preencher o espaço ocupado, nos finais da década de 70, pelas Lutas Amadoras, desporto no qual o distrito da Guarda atingiu, então, uma situação das mais cimeiras a nível nacional. Todavia, devemos lembrar que esta experiência foi viável numa altura em que a ex-Direcção Geral dos Desportos²¹ suportava todos os custos inerentes à promoção, formação, apetrechamento e enquadramento técnico, actualmente imputados às câmaras municipais e associações de modalidade. Para o Judo e Karaté poderem continuar a subsistir e desenvolver-se, torna-se imprescindível - como foi assinalado por vários respondentes - assegurar espaços fixos para a sua prática específica.

11. Na totalidade da amostra ($n = 88$), porém, importa salientar que 21 sujeitos são apenas animadores (21,4%), isto é, pessoas sem qualquer formação técnica especializada, em geral antigos atletas ou dirigentes, caracterizados pela sua carolice e interesse pela modalidade. Destes, 15 encontram-se em actividade e 6 estão inactivos, correspondendo a pessoas que, apesar de não possuírem qualificação específica, desenvolveram, em anos anteriores, funções técnicas em diferentes modalidades.

12. Como seria de esperar, o desporto com maior número de animadores é o Futebol. Dos 7 animadores relacionados com este desporto, 3 não se encontram actualmente em actividade. Em qualquer dos casos, a situação existente evidencia a necessidade de serem programadas acções de formação que proporcionem a estes destinatários conhecimentos

progressivamente mais elevados, nos domínios técnico, científico e pedagógico.

3.6. A actividade dos técnicos por concelho

Devido aos condicionalismos que já tivemos oportunidade de relevar, os dados estatísticos disponíveis não respeitam a todos os concelhos do distrito e, num ou outro caso, o número de respondentes de um concelho é notoriamente exíguo²². Assim, a análise dos recursos humanos do desporto, a nível concelhio, mostra-se, neste estudo, um empreendimento difícil de realizar, ou mesmo um objectivo impossível de concretizar na totalidade. Com efeito, devemos atender ao peso do factor aleatório em efectivos tão reduzidos e evitar o enviesamento da análise. Apesar destas limitações, vamos, com justificada prudência, apresentar algumas reflexões sobre este assunto:

1. Os concelhos que proporcionaram um efectivo mais elevado para o total da amostra foram o da Guarda ($n = 26$, i.e., 29,5%) e o de Vila Nova de Foz Côa ($n = 15$, e.g., 17%). Como se nota, os respondentes que residem nestes concelhos perfazem um número quase igual ao do total dos restantes.
2. No concelho da Guarda regista-se um nível de inactividade dos técnicos desportivos bastante elevado (11 inactivos em 25, ou seja, 44%). No concelho de Vila Nova de Foz Côa os valores relativos são semelhantes. Com efeito, dos 26 respondentes, 11 (42%) não desenvolvem presentemente qualquer actividade.
3. O concelho do Sabugal regista um total de inquiridos ($n = 8$)

que poderemos considerar médio. Todavia, deste efectivo, 3 técnicos (37,5%) não exercem qualquer actividade técnica nos clubes do concelho.

4. No concelho de Aguiar da Beira ($n = 13$), a proporção de técnicos inactivos para activos não atinge 3 em 10 (23,1%).
5. O concelho de Gouveia apresenta um número de técnicos em inactividade (6) superior aos que se encontram em exercício (4), situação que merece a reflexão dos organismos responsáveis pelo desenvolvimento do desporto no distrito.
6. Ao invés, todos os inquiridos residentes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo ($n = 6$) se encontram em actividade, aspecto que cumpre relevar.
7. O mesmo se passa no concelho de Seia, onde os 5 respondentes estão todos em actividade em clubes desportivos.
8. Em relação ao concelho de Manteigas, apesar de terem respondido apenas 4 técnicos, todos se encontram inactivos. Esta situação justifica um estudo específico mais aprofundado, tendo em vista atingir conclusões rigorosas sobre os motivos que a explicam, bem como formular propostas para a resolução do problema.

4. Conclusões

A falta de respostas de algumas autarquias e estruturas associativas distritais, referente a várias modalidades desportivas, a que já aludimos, não nos permitem, lamentavelmente, efectuar uma análise equilibrada em relação

à totalidade dos técnicos do distrito. A impossibilidade de procedermos, nesta primeira tentativa, ao levantamento de todos os recursos humanos do desporto no distrito da Guarda não constitui, porém, um obstáculo inultrapassável no que concerne à dedução de conclusões. Efectivamente, a amostra disponível vem possibilitar a reflexão sobre a situação dos recursos humanos, na área técnica, de várias modalidades desportivas.

Como seria de esperar, os animadores, monitores e treinadores desportivos do distrito da Guarda são predominantemente do sexo masculino e têm uma idade relativamente jovem, entre 26 e 55 anos. A maioria reside em meio urbano ou misto (cidade ou vila), habitando em localidades rurais menos de um terço do total. A categoria profissional mais representada é a dos professores. Destes, o maior valor percentual corresponde a docentes de Educação Física que, para além das suas actividades lectivas, desenvolvem funções técnicas em colectividades locais, preocupadas com a promoção e desenvolvimento de diferentes modalidades desportivas. Deve ainda registar-se, na amostra, o elevado número de trabalhadores da função pública, totalizando as restantes profissões e ocupações menos de metade da amostra.

A maioria dos técnicos que responderam ao inquérito tem habilitações académicas que poderemos considerar necessárias mas não suficientes, visto que correspondem ao ensino obrigatório ou ao secundário. Com efeito, metade dos inquiridos apresenta, como habilitação académica, o 3º ciclo do Ensino Básico ou o Ensino Secundário (ou os antigos 5º e 7º anos liceais). É ainda de assinalar que grande parte dos restantes possui cursos superiores, com o nível de bacharelato ou licenciatura.

Verificámos que quase um terço dos técnicos não se encontra

actualmente em actividade, na orientação de equipas dos vários escalões etários e modalidades. Das razões invocadas para esta inactividade ressalta a falta de tempo livre, a ausência de interesse manifestada pelas colectividades ou autarquias nos seus serviços técnicos, bem como outros motivos. Estes estão relacionados com a insuficiência de estruturas desportivas, dificuldades de natureza profissional e problemas sentidos pelos mais jovens em serem admitidos nas colectividades e associações, onde, como foi manifestado, os lugares de responsabilidade técnica estão há muito preenchidos por pessoas mais velhas, por vezes sem a formação mais adequada.

São diversos os motivos que explicam a escolha da orientação técnico-desportiva como ocupação complementar. Deve salientar-se, no entanto, que o gosto de *trabalhar com jovens, ser útil aos outros e ter uma actividade saudável* constituem as razões invocadas pelo maior número de técnicos. Outros motivos apresentados estão relacionados com o *prolongamento da actividade desportiva como atleta* e a *ocupação de tempos livres*. Entre as outras razões apresentadas como motivação para o desempenho de funções técnicas registaram-se as respeitantes ao interesse em *desenvolver a localidade de residência* ou a *colectividade desportiva* aí existente.

Para que as suas actividades de orientação técnica possam melhorar, os inquiridos sugerem algumas medidas a implementar por organismos oficiais, autarquias, associações e colectividades desportivas locais. As mais referenciadas são:

- a necessidade de insistir na formação e informação dos monitores, animadores e treinadores, de um modo contínuo e progressivo. A este respeito, é proposta a criação de um Centro de Formação Técnico-Desportiva Distrital, no qual exerceriam

uma acção articulada o Instituto do Desporto Português (IDP), as associações distritais das modalidades desportivas e as entidades formadoras, entre as quais foi salientado o papel que poderia ser desempenhado pelo Departamento de Educação Física da ESE/IPG;

- a desejável melhoria do planeamento de acções de desenvolvimento desportivo promovidas por clubes e autarquias, que, para o efeito, deveriam efectuar o exaustivo levantamento dos recursos humanos e materiais existentes em cada concelho, prevendo, depois, as necessidades sentidas nos respectivos domínios. Foi salientado o papel que o IDP deverá desempenhar na formação a dispensar aos organismos autárquicos e associativos, na área do planeamento e da gestão do desporto;

Além destas sugestões, os técnicos desportivos preconizam:

- o aproveitamento adequado dos recursos humanos na área técnica do desporto, nos concelhos;
- a optimização do nível de utência das instalações desportivas já existentes, bem como a previsão das situações deficitárias, tendo em vista o planeamento e construção de novos espaços recreativos e desportivos, nos locais mais convenientes;
- um tratamento equitativo dado às colectividades locais, equilibrando-se os montantes dos subsídios atribuídos às diferentes modalidades, segundo critérios lógicos e coerentes, relacionados com o nível da prática desportiva proporcionada, escalões de formação e quantidade de praticantes;

- maior articulação entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado, mormente na organização e concretização de quadros competitivos e formativos conjuntos;
- maior dinamismo e operacionalidade das autarquias e organismos oficiais nas áreas da promoção, apoio, planeamento e avaliação das actividades desportivas no distrito.

Sem prejuízo da importância real do presente estudo, fica bem expressa no texto a necessidade de se continuar a recolha dos dados respeitantes às características biográficas, problemas e expectativas dos técnicos desportivos regionais. Para o êxito desta empresa, porém, devem contribuir de igual forma todos os organismos, autarquias e associações com responsabilidades directas e indirectas no processo.

Bibliografia

Araújo, Jorge Míguez (1986). *Guia do animador e dirigente desportivo*, Lisboa: Editorial Caminho.

Araújo, Jorge Míguez (1994). *Ser Treinador*, Lisboa: Editorial Caminho.

Bento, Jorge Olímpio (1995). *O outro lado do Desporto*, Porto: O Campo das Letras.

Bento, Jorge Olímpio (1999). Contexto e perspectivas in Jorge Olímpio Bento et al., *Contextos da Pedagogia do Desporto. Perspectivas e Problemáticas*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 19-112.

Chiavenato, Idalberto (1992). *Recursos Humanos*. Edição compacta, 2ª edição, S. Paulo: Editora Atlas, S.A.

Freire, João (s.d.), *Sociologia do Trabalho. Uma organização*, Lisboa: Edições Afrontamento.

Gomes, Viegas (1986), *Regionalização e descentralização desportiva*, Lisboa: Livros Horizonte.

Lima, Teotónio (1981). *Alta Competição. Desporto de Dimensões Humanas?*, Lisboa: Livros Horizonte.

Marques, Jorge (1994), *Recursos Humanos. Técnicas e Gestão*, Lisboa: Texto Editora.

Martens, Rainer (1999), Os grandes treinadores são grandes comunicadores e motivadores. In António Marques et al., *Seminário Internacional Treino de Jovens*, Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de

Estado do Desporto, pp. 5-15.

Mesquita, Isabel (2000), *A Pedagogia do treino. A formação em Jogos Desportivos Colectivos*, Lisboa: Livros Horizonte.

Pires, Gustavo (1996), *Desporto e Política. Paradoxos e realidades*, Funchal: Semanário "O Desporto".

Rocha, J. A. Oliveira (1997), *Gestão de Recursos Humanos*, Lisboa: Editorial Presença.

Sousa, Jorge Teixeira de (1988). *Contributo para o Estudo do Associativismo Desportivo em Portugal*, Lisboa: ISEF/UTL.

Tavares, Fernando (1998), As tarefas do treinador na Formação do Jogadores. In António Marques et al., *Educação Física: Contexto e Inovação. Actas do V Congresso de Educação Física e Ciências do desporto dos países de Língua Portuguesa*, Porto: FCDEF/Univ. Porto e FCDEF/Univ. Maputo, Vol. II, pp. 241-251.

¹ Elaborado com base no Projecto realizado em 2000, no âmbito do PAFID, sob os auspícios da Secretaria de Estado do Desporto (Centro de Estudos e Formação Desportiva). Araújo (1994), Bento (1999), Lima (1981), Martens (1999), Mesquita (2000).

³ Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro. No que concerne ao caso específico dos responsáveis técnicos pelas instalações desportivas, o D.L. n.º 385/99, de 28 de Setembro, no seu art.

5º, determina que estes devem “*dispor de formação adequada ao exercício das funções, que devem ser exercidas por licenciados, em estabelecimentos do ensino superior, na área das actividades desportivas*”.

4 Foram expurgados dois respondentes do sexo feminino, professoras do 1º ciclo do Ensino Básico, por não desenvolverem quaisquer funções de natureza técnico-desportiva fora da escola (dados referentes a 2000).

5 Não foram recebidos dados respeitantes aos concelhos de Almeida, Fornos de Algodres, Meda e Pinhel.

6 Embora não se situe no horizonte desta pesquisa, foi possível verificar que muitos destes professores de E. F. estão envolvidos em actividades formativas das associações regionais da modalidade.

7 Estão nesta situação as seguintes profissões: agente da PSP, *designer*, agricultor, empresário, futebolista profissional, mestre de Karaté, maquinista, taxista, técnico comercial, treinador profissional de Futebol, serralheiro, trabalhador rural, trabalhador da construção civil, comerciante, industrial e operador de máquinas. As profissões menos qualificadas surgem, obviamente, sobretudo nos meios rurais.

8 No que respeita concretamente ao Andebol.

9 Por parte das associações, câmaras municipais, organismos oficiais, clubes...;

10 Ou seja, ser socialmente conhecido e valorizado.

11 Duas respostas, referentes a Basquetebol e Voleibol.

12 Esta necessidade foi invocada por 11 inquiridos (11,5%).

13 Um dos proponentes denominou-o Centro de Formação Técnico-Desportiva Distrital, sempre numa conjugação de esforços entre a SED, Associações Distritais e a referida entidade formadora.

14 Actual Instituto de Desporto de Portugal (IDP).

15 É ainda proposta a renovação anual do cartão de treinador (de Futebol), independentemente de o técnico ter estado ou não em actividade.

- ¹⁶ Um técnico de Voleibol afirma que se torna necessária a organização, no distrito, de cursos de nível II e III, nesta modalidade.
- ¹⁸ As respostas criticam a aparente apatia do Estado e das Autarquias, que não têm assumido as suas responsabilidades no processo de desenvolvimento.
- ¹⁹ Desejo que já obteve resposta, dado que recentemente foi reactivada a Associação de Voleibol da Guarda.
- ²⁰ A título de exemplo poderemos referir um professor de E.F. que, não tendo conseguido colocação numa escola, desempenha funções técnicas em Natação, Ginástica Aeróbica e Hidroginástica.
- ²¹ Actual IDP.
- ²² Como sucede nomeadamente em relação aos concelhos de Celorico da Beira e Trancoso.